

# BOLSONARISMO E NEGACIONISMO CLIMÁTICO: UMA ANÁLISE FOUCAULTIANA DO DISCURSO E DO PODER

BOLSONARISM AND CLIMATE DENIALISM: A FOUCAULTIAN ANALYSIS OF DISCOURSE AND POWER

**Alessandra Maia Terra de Faria**

Professora de Ciência Política no Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), coordenadora do Grupo Na Memória PUC-Rio, pesquisadora plena no Ateliê de Humanidades e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGCS/UFRRJ).

**Karine da Silva Duarte**

Advogada, mestre em Ciências Sociais e pesquisadora do Grupo Na Memória da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

## RESUMO

O artigo analisa o negacionismo como fenômeno discursivo e político, compreendendo-o como estratégia de poder que deslegitima consensos científicos, históricos e institucionais. Fundamentado na perspectiva foucaultiana sobre discurso e poder, aliado à análise crítica do discurso (ACD), demonstra que o negacionismo não se limita à recusa de fatos, mas opera na reconfiguração da memória coletiva, distorcendo a realidade para sustentar projetos autoritários. Destaca-se o negacionismo climático, que, articulado a interesses econômicos predatórios, impede ações contra a crise ambiental e aprofunda desigualdades, especialmente sobre populações negras, indígenas, quilombolas e periféricas. A desinformação, intensificada pelas redes sociais e *fake news*, fortalece a polarização política, mina a credibilidade da ciência e das instituições democráticas e legitima discursos antidemocráticos. O caso brasileiro, particularmente durante o governo Bolsonaro, exemplifica como o negacionismo estrutura narrativas revisionistas, enfraquece instituições e produz novas verdades políticas, configurando-se como ferramenta central na disputa contemporânea por poder e verdade.

**Palavras-chave:** negacionismo; discurso; crise climática; bolsonarismo.

## ABSTRACT

This article analyzes denialism as a discursive and political phenomenon that structures contemporary dynamics of truth production and power relations. Grounded in Foucault's perspective on discourse, power, and regimes of truth, combined with Critical Discourse Analysis (CDA), this study understands denialism not as a mere rejection of facts, but as a discursive technology aimed at destabilizing legitimate knowledge, reshaping collective memory, and sustaining authoritarian political projects. Climate denialism emerges as a central dimension, operating in alignment with economic interests linked to predatory production models, deepening socio-environmental inequalities and disproportionately affecting Black, Indigenous, Quilombola, and marginalized communities. The research demonstrates that disinformation—amplified by digital platforms—is a key element in consolidating alternative regimes of truth, eroding democratic institutions, and intensifying social polarization. The Brazilian case, particularly during Bolsonaro's administration, exemplifies how denialism functions as a central tool in contemporary disputes over power, truth, and collective memory.

**Keywords:** denialism; discourse; climate crisis; bolsonarism.



## Introdução: a crise climática e o discurso negacionista<sup>1</sup>

A crise climática constitui um tema relativamente recente no campo das ciências sociais, tendo sido, durante décadas, concebida como uma ameaça futura, distante no tempo e nos impactos sobre as sociedades humanas. No entanto, o presente escancara que os efeitos da mudança climática já configuram uma das maiores e mais urgentes crises da contemporaneidade, desafiando não apenas a produção científica, mas a própria organização social, econômica e política das sociedades. Um dos desafios centrais para as ciências sociais – em especial, para a ciência política – reside na formulação de respostas à pergunta sobre como reorganizar a vida em sociedade de forma a mitigar os efeitos devastadores da crise climática.

O conceito de **negacionismo** ganhou visibilidade no final da década de 1980, quando o historiador francês Henry Rousso (1987 *apud* Valim; Avelar; Bevernage, 2021) passou a utilizá-lo para designar grupos e indivíduos que negavam a ocorrência do Holocausto, especificamente o extermínio de judeus nas câmaras de gás pelo regime nazista durante a Segunda Guerra Mundial. Desde então, o termo foi ressignificado e expandido, passando a nomear práticas discursivas que se manifestam em múltiplos campos – da história à ciência, da saúde pública às mudanças climáticas.

Uma das características contemporâneas do negacionismo histórico reside no fato de ser, cada vez mais, mobilizado por agentes estatais, particularmente por governos de extrema direita, de caráter autoritário e populista. Embora não se trate de uma prática inédita na história política, sua instrumentalização nas atuais dinâmicas eleitorais tem se intensificado, operando como ferramenta de reconfiguração da memória coletiva e de legitimação de projetos de poder. No contexto brasileiro, a manifestação organizada do negacionismo tem raízes na transição democrática, quando, apesar dos esforços das Comissões da Verdade e das organizações de direitos humanos, setores vinculados às Forças Armadas e à extrema direita mantiveram narrativas que negavam ou relativizavam os crimes perpetrados pela ditadura civil-militar (1964-1985).

Essa tendência foi significativamente intensificada com o advento das redes sociais e das novas mídias digitais, que possibilitaram a disseminação em larga escala de discursos revisionistas e desinformativos. Como analisa Maia (2023), o governo de Jair Bolsonaro não apenas exaltou o regime militar, mas institucionalizou práticas de glorificação do golpe de 1964, negando seu caráter autoritário e os crimes de Estado cometidos. Esse negacionismo histórico operou como vetor inaugural de um projeto discursivo mais amplo, no qual a negação da ciência, da crise climática e da própria democracia emerge como pilares centrais, ancorando um

<sup>1</sup> Este artigo dialoga com reflexões desenvolvidas e resultados apresentados na pesquisa de Karine Duarte (2025). As autoras se referem, em maior parte, ao conceitual e arcabouço teórico do primeiro capítulo. Agradecemos, em especial, aos comentários e interlocuções recebidos em diferentes momentos da pesquisa dos professores Felipe Maia, Jorge Chaloub, Maurício Hoelz e Miriam Santos.

ambiente sustentado pela desinformação sistemática e pela corrosão das instituições democráticas (Maia, 2023).

A rejeição sistemática de fatos e evidências assume, nesse contexto, uma função narrativa estratégica, associada a momentos de instabilidade política e social e utilizada para moldar a memória coletiva, desmobilizar resistências e viabilizar projetos autoritários. Durante o regime militar, o negacionismo se manifestou na recusa em reconhecer as violações de direitos humanos – como tortura, assassinatos e desaparecimentos forçados. A promulgação da Lei da Anistia, em 1979, contribuiu para a institucionalização de uma política de esquecimento, que se constituiu em terreno fértil para a perpetuação de discursos negacionistas (D'Araújo, 2012).

Conforme analisa Seligmann-Silva (2023), o discurso negacionista no Brasil também foi mobilizado como instrumento de deslegitimação dos movimentos sociais, os quais, em vez de serem reconhecidos como agentes legítimos na luta por direitos, foram sistematicamente enquadrados como ameaças à ordem, subversivos ou desestabilizadores. Essa reescrita do passado, que constrói inimigos internos e justifica medidas repressivas, é componente estrutural de uma cultura política de caráter autoritário.

No âmbito específico do negacionismo climático, Carlos Milani (2023) observa que este deve ser compreendido como uma ferramenta política empregada em escalas nacional e transnacional, “a fim de deslegitimar a ciência, as políticas de regulação (via legislação ou via mercado), as mudanças de padrões na produção, na circulação e no consumo de bens e serviços na economia capitalista” (Milani, 2023, p. 297). Simultaneamente, segundo o autor, esse negacionismo representa uma ruptura com os fundamentos da racionalidade moderna, na medida em que dissolve as fronteiras entre os domínios da ciência e da fé, da política e da moralidade.

O negacionismo, portanto, não é uma manifestação isolada de ignorância ou desinformação, mas um fenômeno discursivo complexo, de múltiplas camadas, cujas raízes são epistemológicas, políticas e sociológicas. Como observa Simone Petraglia Kropf (2022), em sua contribuição para o *Dicionário dos negacionismos no Brasil*, o negacionismo científico se caracteriza pela rejeição sistemática de evidências robustas e consensos acadêmicos, sendo instrumentalizado como ferramenta para sustentar agendas políticas, econômicas e ideológicas. Tal prática compromete diretamente a saúde pública, a educação e a formulação de políticas públicas, além de aprofundar a crise na relação entre sociedade, ciência e democracia.

Kropf (2022) sublinha que a descredibilização das instituições científicas é um dos principais alvos do discurso negacionista, que frequentemente enquadra cientistas e pesquisadores como agentes de conspirações ou defensores de interesses escusos. Essa lógica é reiterada por Ianni Segatto (2023), que, ao analisar as relações entre negacionismo, verdade e desinformação, formula três questões fundamentais:

- "Qual é a verdade da pós-verdade?", cuja resposta é que a pós-verdade não cria uma nova verdade, mas desacredita os processos de justificação da verdade;
- "O que o negacionismo nega?", o qual não se limita a rejeitar teses específicas, mas nega os próprios procedimentos de validação do conhecimento científico; e
- "O que é falso nas *fake news*?", cuja falsidade reside no seu caráter eminentemente ideológico (Segatto, 2023, p. 2).

A disseminação de desinformação, como ressaltam Torre e Jerónimo (2023), não é um fenômeno inédito na história da humanidade, embora sua centralidade na esfera pública tenha sido potencializada pela aceleração dos fluxos informacionais promovida pelas plataformas digitais. A influência da desinformação em processos decisórios e eleitorais é notável em episódios como o Brexit e a eleição de Donald Trump em 2016, ambos profundamente atravessados pelo uso massivo de tecnologias de *big data* para a segmentação de públicos e disseminação direcionada de conteúdos falsos (Faria; Trucíos; Araújo, 2022).

Esse cenário é agravado pela atuação dos algoritmos, que operam como agentes não neutros na formação da esfera pública contemporânea. Como analisam Faria, Jorge e Silva (2022), tais dinâmicas têm contribuído para a intensificação da polarização política, a ascensão de extremismos, a proliferação de câmaras de eco e a consolidação de bolhas informacionais (Menezes; Araújo Júnior; Santos, 2023).

No contexto brasileiro, os efeitos desse ecossistema informacional foram particularmente visíveis nas eleições presidenciais de 2018 e no subsequente governo de Jair Bolsonaro, no qual o negacionismo e a desinformação constituíram pilares estruturantes da campanha e da gestão. Valim, Avelar e Bevernage (2021) apontam que tal fenômeno deve ser entendido como uma estratégia discursiva deliberada, voltada à mobilização de bases políticas, à deslegitimação de adversários e à obstrução de políticas públicas que contrariem interesses econômicos específicos.

O negacionismo, nesse sentido, emerge de uma profunda crise de confiança nas instituições científicas, acadêmicas e democráticas, alimentada por movimentos anti-intelectualistas que rejeitam o conhecimento especializado e promovem uma ciência concorrente – ainda que desprovida de validação empírica ou de reconhecimento pelos pares. Esse processo é visível tanto na defesa da cloroquina como tratamento ineficaz para a covid-19 quanto na negação sistemática do aquecimento global, articulando discursos pseudocientíficos a interesses econômicos predatórios.

Faria, Jorge e Silva (2022) destacam que, ao comparar os programas dos candidatos à presidência em 2018 – Fernando Haddad (PT)<sup>2</sup> e Jair Bolsonaro (PSL)<sup>3</sup> –, torna-se evidente a profunda polarização ideológica que estruturou aquele pleito. Enquanto Haddad defendia a ampliação de políticas sociais e a redução das desigualdades, Bolsonaro estruturou sua campanha em torno da segurança pública, da liberalização econômica e de uma retórica conservadora, moralizante e ancorada em valores religiosos.

Essa construção discursiva se baseou fortemente na criação de antagonismos, operando pela lógica do "nós" (os cidadãos de bem, os patriotas) contra "eles" (a esquerda, os corruptos, os imorais), como também observa Couto (2023). A estratégia discursiva de Bolsonaro, segundo o autor, não buscava a ruptura formal com a democracia, mas o tensionamento constante de seus mecanismos, produzindo um ambiente de descrédito, desconfiança e instabilidade institucional – aquilo que denomina "armadilha populista".

Esse modelo discursivo alimentou episódios de radicalização política, como os movimentos golpistas que culminaram na tentativa de subversão do resultado eleitoral de 2022 e na invasão das sedes dos Três Poderes, em Brasília, DF, em janeiro de 2023. Conforme Couto (2023), esse episódio simboliza o ápice da crise institucional promovida pelo bolsonarismo, que, além de atacar a legitimidade das urnas eletrônicas, mobilizou uma retórica pseudocientífica em defesa do voto impresso, desconsiderando a robustez tecnológica e a certificação nacional e internacional do sistema eleitoral brasileiro.

Vargas *et al.* (2018) observam que o discurso negacionista, ao se apoiar em temas como segurança, moralidade e ordem, reflete e amplifica ansiedades sociais profundas, funcionando como dispositivo de mobilização política, ainda que com efeitos corrosivos sobre a coesão social e a estabilidade democrática.

Adicionalmente, alguns movimentos políticos, no interior desse campo discursivo, passaram a negar a legitimidade de instituições nacionais e internacionais – como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Supremo Tribunal Federal (STF) e organizações não governamentais –, atribuindo-lhes agendas ocultas ou intenções conspiratórias, como parte de uma estratégia discursiva antidemocrática.

Nesse sentido, Bernard e Veleida Charlot (2021) argumentam que o negacionismo reflete uma crise social e epistemológica da contemporaneidade, na qual a própria relação da sociedade com a verdade se encontra profundamente abalada. Ao negar desigualdades raciais, étnicas ou de gênero, ou desqualificar teorias sociológicas sobre estratificação social, mobilidade ou

<sup>2</sup> Sigla do Partido dos Trabalhadores.

<sup>3</sup> Sigla do Partido Social Liberal.



marginalização, o negacionismo sociológico se articula como um mecanismo de reprodução de privilégios e manutenção da ordem estabelecida.

Faria (2023) reforça essa análise ao destacar, a partir da teoria da representação de Pitkin, que a crise da representação no Brasil revela a dissonância entre a presença física dos representantes no Estado e sua efetiva responsabilidade substantiva com os interesses das populações marginalizadas, perpetuando, assim, padrões históricos de exclusão e desigualdade.

Por fim, o discurso negacionista se consolida como uma estratégia de produção de incertezas, diluição de consensos e manipulação da opinião pública, com impactos diretos na formulação de políticas públicas, na governança democrática e na capacidade coletiva de enfrentar crises globais, como a emergência climática e a crise sanitária. A análise crítica do discurso (ACD), articulada às contribuições foucaultianas sobre poder e regimes de verdade, revela-se, nesse contexto, uma ferramenta analítica indispensável para desvelar as engrenagens discursivas que sustentam as dinâmicas de produção de desinformação, negação da ciência e corrosão democrática na contemporaneidade.

### Referencial teórico: Michel Foucault e o discurso como forma de poder

Michel Foucault, em sua aula inaugural no Collège de France, intitulada *A Ordem do Discurso*, proferida em 2 de dezembro de 1970, investiga os processos pelos quais os discursos são regulados, controlados e distribuídos socialmente. Suas reflexões acerca das dinâmicas de poder e do controle sobre o discurso constituem uma lente analítica fundamental para compreender a emergência e a difusão do discurso político negacionista na contemporaneidade.

Para Foucault (1996), o discurso está intrinsecamente ligado às relações de poder e é regulado por múltiplos mecanismos que definem quem detém o direito de falar, o que pode ser dito e os contextos em que tais enunciados são legítimos. No campo político, tais mecanismos se manifestam por meio de normas e restrições, que regulam o discurso, estabelecendo tabus e regras sociais, que funcionam como filtros, disciplinando e limitando a arena pública. Dessa forma, práticas discursivas são selecionadas, permitindo ou cerceando determinadas falas, enquanto outras são marginalizadas. Em *A ordem do discurso* (1996), Foucault enfatiza a relação intrínseca entre poder, conhecimento e verdade, perspectiva essa que se revela essencial para a análise dos discursos negacionistas contemporâneos, como o bolsonarista, que frequentemente rejeita a validade de conhecimentos científicos consolidados, a exemplo das mudanças climáticas, e emprega essa negação como estratégia para legitimar políticas públicas contrárias à ciência.

No contexto do pleito eleitoral brasileiro de 2018, verificou-se a mobilização de uma narrativa que valorizava conceitos específicos relacionados à família, à religião, à manutenção da ordem e ao conservadorismo, projetando como discurso dominante, legítimo e válido a agenda que culminaria na ascensão da extrema direita bolsonarista (Faria; Silva; Jorge, 2022).

Couto (2023) atribui a escalada ao poder de Jair Bolsonaro ao crescimento do populismo de extrema direita no Brasil e ao impacto que este exerceu sobre as instituições democráticas. O autor aponta que o ressentimento social manifestado nas Jornadas de Junho de 2013, resultante da frustração das expectativas das classes médias ascendentes e da perda de privilégios das elites, configurou um terreno propício para discursos antipolíticos e antissistêmicos. Esse cenário foi determinante para a eleição de Bolsonaro, cujo governo, definido como um "governo-movimento", caracterizou-se pelo extremismo populista, religioso e antipluralista, minando as instituições políticas em vez de respeitá-las.

Segundo Couto (2023), o bolsonarismo representa uma anormalidade no panorama político brasileiro. Enquanto governos anteriores operavam dentro dos parâmetros do presidencialismo de coalizão, o governo Bolsonaro se destacou pela ruptura deliberada com as normas democráticas estabelecidas. Ao longo de seu mandato, Bolsonaro atacou reiteradamente o Judiciário e outras instituições, desencadeando uma reação institucional hiperativa, em que órgãos públicos foram compelidos a agir de modo mais defensivo e incisivo.

No bojo do discurso que culminou na vitória de Bolsonaro em 2018, esteve presente, de forma constante, a invalidação e marginalização de quaisquer pronunciamentos de opositores políticos, em especial daqueles identificados como pertencentes à chamada esquerda brasileira. Pautas relativas ao meio ambiente, à igualdade de gênero, aos direitos dos povos originários e ao combate ao racismo foram os temas mais vigorosamente combatidos e deslegitimados. O discurso que questiona a legitimidade do poder estabelecido ou promove mudanças radicais é frequentemente silenciado ou desacreditado.

A compreensão do discurso enquanto instrumento e prática de poder constitui uma base teórica fundamental para o presente estudo. Michel Foucault (1996), em sua aula inaugural no Collège de France, em 1970, apresenta uma análise contundente sobre os modos pelos quais os discursos são regulados, controlados e distribuídos na sociedade. Para o autor, o discurso está inseparavelmente entrelaçado às relações de poder e se manifesta por meio de mecanismos que delimitam quem pode falar, o que pode ser dito e os contextos em que tais falas se legitimam socialmente. No âmbito político, essas regulações, como mencionadas antes, materializam-se por meio de normas, tabus e restrições sociais, que funcionam como filtros, disciplinando e circunscrevendo a arena discursiva, ao permitir ou excluir determinadas falas, enquanto marginalizam outras.

Tal perspectiva revela-se especialmente relevante para o entendimento dos discursos negacionistas contemporâneos, como o bolsonarista, que rejeita conhecimentos científicos consolidados – a exemplo da ciência do clima – e emprega essa negação como estratégia para legitimar políticas públicas contrárias à evidência científica (Faria; Silva; Jorge, 2022). No caso brasileiro, observa-se que a emergência do discurso bolsonarista esteve associada à mobilização



de valores conservadores vinculados à família, religião e à manutenção da ordem, que foram projetados como legítimos e dominantes no cenário político-eleitoral de 2018.

Como mencionado anteriormente, Couto (2023) atribui a escalada ao poder de Jair Bolsonaro ao crescimento do populismo de extrema direita no Brasil e ao impacto que este exerceu sobre as instituições democráticas.

Em diálogo com a literatura, podemos observar também que Angela Alonso (2023) chama atenção para o fato de que a chegada da extrema direita ao poder, foi um desfecho indesejado aos movimentos anteriores de junho de 2013. A política de rua é política, ou seja, sempre dinâmica, e entrecruza ações de movimentos de estilos e propósitos variados. A ocupação da presidência da República pela facção mais extrema do campo patriota em 2018 foi o resultado de um longo processo político de conflito nas ruas, mas também, observa a pesquisadora, e reiteramos aqui, fruto de um conflito nas instituições. Ademais, o discurso político bolsonarista se fundamentou na deslegitimação e marginalização de vozes opositoras, especialmente aquelas associadas à esquerda, notadamente em temas como meio ambiente, igualdade de gênero, direitos dos povos originários e combate ao racismo, pautas que foram sistematicamente combatidas e desacreditadas. Nesse sentido, discursos que desafiam a legitimidade do poder estabelecido ou que promovem mudanças estruturais são frequentemente silenciados ou desacreditados.

Esse arcabouço teórico, embasado na obra de Foucault, orienta a análise crítica do presente estudo, que busca compreender o funcionamento do discurso negacionista bolsonarista como uma estratégia de poder, ao desconstituir verdades científicas e sociais consolidadas e, assim, moldar as práticas políticas e sociais no Brasil contemporâneo.

### **Análise do discurso negacionista bolsonarista: estratégias e efeitos no campo político**

À luz do referencial teórico foucaultiano sobre poder e discurso, a análise do discurso negacionista adotado pelo bolsonarismo se revela como um processo estratégico de construção, manutenção e exercício do poder político. A negação da ciência, especialmente no que se refere às mudanças climáticas, à pandemia da covid-19 e às pautas sociais progressistas, não se configura apenas como uma rejeição epistemológica, mas como um dispositivo discursivo capaz de reconfigurar as relações entre verdade, conhecimento e legitimidade política.

A estratégia negacionista atua diretamente na desconstituição das bases de legitimidade científica e social que sustentam políticas públicas e direitos humanos. Isso ocorre pela produção sistemática de discursos que questionam, desacreditam e, por vezes, ridicularizam especialistas, instituições científicas e agentes políticos que defendem pautas progressistas. A partir dessa dinâmica, emerge uma configuração discursiva que estabelece uma "verdade alternativa", frequentemente sustentada por narrativas populistas, que se alimentam do ressentimento e da polarização social (Couto, 2023).

Além disso, o bolsonarismo utiliza-se da marginalização discursiva como mecanismo para silenciar vozes dissidentes e construir uma base política coesa em torno de valores conservadores e autoritários. A exclusão e a deslegitimação de temas como direitos indígenas, meio ambiente, igualdade de gênero e combate ao racismo exemplificam a forma como o discurso nega não apenas fatos científicos, mas também a pluralidade social e política, reforçando uma concepção homogênea e excludente da sociedade (Faria; Silva; Jorge, 2022).

Tal processo evidencia a centralidade do poder disciplinar e biopolítico, conforme descrito por Foucault (1996), uma vez que o controle do discurso implica controle das práticas sociais e das formas de subjetivação. O negacionismo discursivo se torna, assim, um instrumento de governamentalidade, que busca moldar comportamentos, crenças e instituições em consonância com os interesses de um projeto político autoritário e antipluralista.

Essa análise demonstra, portanto, que o discurso negacionista não é um mero fenômeno retórico, mas uma prática política concreta, que se materializa na atuação do governo Bolsonaro e em suas consequências para a democracia brasileira, com impactos profundos sobre as instituições, a ciência e os direitos sociais.

### A teoria do discurso e a análise crítica do discurso como ferramentas para o estudo do negacionismo

Para aprofundar a compreensão do discurso negacionista, torna-se necessário recorrer à teoria do discurso e à análise crítica do discurso (ACD) como ferramentas metodológicas eficazes para investigar esse fenômeno. O negacionismo, definido como a rejeição de fatos ou realidades amplamente aceitos e corroborados por evidências científicas ou históricas, manifesta-se em áreas diversas, tais como a negação das mudanças climáticas, da evolução, do Holocausto ou da eficácia das vacinas, com sérias implicações sociais (Gomes; Zamora, 2024).

Diego Mendonça (2012), em seu artigo “Como olhar ‘o político’ a partir da teoria do discurso”, publicado na *Revista Brasileira de Ciência Política*, destaca que a teoria do discurso possibilita compreender a esfera política como um campo de disputas discursivas em que identidades e sentidos sociais são construídos e negociados. O político, nessa perspectiva, não se reduz a um reflexo direto de condições materiais, mas é subjetivado a partir da centralidade do discurso, que articula práticas e forma ordens sociais. O autor enfatiza o caráter contingente e precário do social, mediado por relações discursivas, que formam identidades políticas em oposição a um “outro” antagonista – uma oposição binária entre “nós” e “eles”, que estrutura as lógicas do político.

Inspirando-se em autores como Laclau e Mouffe (1985), Mendonça (2012) ressalta que os sujeitos políticos são formados em torno de pontos nodais ou significantes vazios – conceitos abstratos como “democracia” –, que articulam múltiplas demandas e se carregam de diferentes significados, conforme o contexto político e a disputa discursiva. Essa dinâmica é central para entender movimentos populistas, como o de Jair Bolsonaro, que utilizam discurso negacionista



e estratégias como as *fake news* para mobilizar tais significantes vazios e construir identidades políticas baseadas na oposição entre o povo legítimo e as elites inimigas.

Assim, a teoria do discurso e a ACD propiciam instrumentos analíticos para identificar técnicas discursivas utilizadas para minar a credibilidade das evidências científicas, tais como a criação de dúvidas sobre a confiabilidade das fontes, a promoção de teorias conspiratórias e o apelo a crenças populares (Gomes; Zamora, 2024; Mendonça, 2012;). Essa abordagem permite revelar as estratégias discursivas empregadas para construir hegemonias e marginalizar vozes alternativas, aprofundando a compreensão dos mecanismos de poder que sustentam o negacionismo na contemporaneidade.

### A produção e circulação do discurso negacionista no contexto político contemporâneo

A partir do diálogo entre o referencial foucaultiano e a teoria do discurso, torna-se possível compreender que o discurso negacionista não é um fenômeno meramente retórico ou isolado, mas uma prática discursiva estratégica, que produz e propaga significados, moldando percepções sociais e configurando campos de poder e resistência. O negacionismo, enquanto recusa sistemática da verdade científica e histórica, opera em múltiplos níveis, articulando dimensões simbólicas, políticas e sociais que se retroalimentam.

No caso do bolsonarismo, essa produção discursiva se manifesta por meio da construção de uma narrativa política populista que se apoia na desconfiança das instituições científicas e políticas tradicionais. Conforme destacado por Mendonça (2012), as práticas discursivas desse movimento constroem uma subjetividade política marcada pela oposição binária entre "nós", o povo legítimo, e "eles", as elites e instituições consideradas corruptas ou alienadas. Essa construção discursiva favorece a consolidação de uma identidade coletiva, que se legitima na rejeição das verdades estabelecidas e na valorização de uma suposta sabedoria popular.

A estratégia discursiva negacionista também mobiliza mecanismos específicos para minar a credibilidade das evidências científicas e dos especialistas, como a amplificação de dúvidas sobre a confiabilidade das fontes, a disseminação de teorias conspiratórias e o apelo às emoções e crenças populares (Gomes; Zamora, 2024). Tais mecanismos contribuem para a deslegitimação do conhecimento científico e para a proliferação de narrativas alternativas que desafiam consensos científicos e políticos. Esse fenômeno não se restringe ao campo das ideias, mas impacta diretamente a formulação e implementação de políticas públicas, sobretudo nas áreas de meio ambiente, saúde e direitos humanos.

No contexto eleitoral de 2018, essa dinâmica discursiva encontrou terreno fértil para se consolidar, em função da combinação entre o ressentimento social descrito por Couto (2023) e a articulação habilidosa de discursos que reforçam valores conservadores e autoritários. A deslegitimação das pautas progressistas e a marginalização dos discursos opositores constituíram práticas discursivas centrais para a formação da hegemonia bolsonarista, na



medida em que permitiram a naturalização de uma agenda política antissistêmica e negacionista.

Nesse sentido, o discurso negacionista pode ser compreendido como um dispositivo de poder que atua disciplinarmente, no sentido foucaultiano, sobre as formas de subjetivação e sobre as práticas sociais, produzindo efeitos concretos na esfera pública e nas instituições democráticas. Essa perspectiva ressalta a importância da análise crítica do discurso para desvelar os mecanismos por meio dos quais o negacionismo é produzido, reproduzido e resistido no cenário político brasileiro contemporâneo.

A teoria do discurso funciona como uma ferramenta para a análise da construção das narrativas negacionistas, possibilitando a compreensão de como esses discursos articulam identidades e legitimidades políticas. Por exemplo, o discurso negacionista frequentemente constrói a identidade de seus seguidores como “os honestos”, contrapondo-os a “os corruptos” – uma divisão que mobiliza símbolos e valores para consolidar um senso de pertencimento e exclusão (Mendonça, 2012). Essa narrativa, além de legitimar certas figuras e ideologias, deslegitima sistematicamente outras, atuando como um mecanismo discursivo de exclusão e marginalização que sustenta interesses políticos e econômicos específicos. Nesse sentido, a ACD oferece um arcabouço metodológico essencial para desvendar os processos discursivos subjacentes à construção e disseminação do negacionismo, permitindo a identificação das estratégias retóricas e dos dispositivos de poder que conferem eficácia a esses discursos (Gomes; Zamora, 2024; Mendonça, 2012).

O impacto do discurso político, sobretudo na esfera da ciência política, revela-se em múltiplas dimensões. Os discursos proferidos por líderes políticos, partidos e veículos midiáticos moldam a opinião pública acerca de temas centrais, influenciando diretamente a participação cívica, as preferências eleitorais e as atitudes em relação às instituições governamentais (Mendonça, 2012). Assim, torna-se possível compreender como os discursos negacionistas afetam a gestão governamental, as dinâmicas sociais e os processos eleitorais, refletindo-se na legitimação ou deslegitimação de políticas públicas. Nesse contexto, os agentes públicos se valem de narrativas que justificam suas ações e decisões, buscando assegurar apoio popular e validar suas agendas políticas. A forma como o poder é comunicado e justificado, por meio de discursos persuasivos e emocionalmente carregados, pode determinar a estabilidade e a eficácia do sistema político, fomentando mobilizações sociais e campanhas políticas (Mendonça, 2012). É por meio desse apelo retórico que o discurso negacionista encontra espaço para sua circulação, influenciando diretamente a definição das agendas políticas ao destacar ou silenciar determinados temas, o que repercute nas prioridades do debate público e nas decisões governamentais.

O estudo do discurso político, portanto, torna-se imprescindível para a análise crítica das instituições e das dinâmicas de poder que as atravessam. Investigar o uso do discurso

negacionista para construir narrativas, manipular informações e moldar percepções públicas contribui para a compreensão das transformações sociais e políticas vigentes, bem como das resistências a elas. A ACD, enquanto abordagem metodológica, privilegia a análise das relações entre discurso, poder e ideologia, revelando como determinados discursos, incluindo os negacionistas, são produzidos para perpetuar estruturas de dominação e interesses específicos (Norman, 2012).

Ao compreender as estruturas linguísticas e ideológicas que sustentam o negacionismo, a ACD permite desvelar mecanismos de poder e manipulação que o tornam eficaz. Essa abordagem concebe o discurso não como mero reflexo neutro da realidade, mas como prática social ativa, que molda e é moldada por contextos políticos, culturais e sociais (Mendonça, 2012; Norman, 2012). A análise crítica ultrapassa o conteúdo literal das falas, buscando apreender os contextos históricos e socioculturais que informam e orientam as narrativas negacionistas. Técnicas discursivas, como a criação de dúvidas, a deslegitimação de fontes científicas e o apelo a emoções e crenças populares, constituem práticas recorrentes que consolidam identidades antagonísticas entre “nós” – os detentores da “verdade” – e “eles” – os supostos enganados ou corruptos (Gomes; Zamora, 2024; Mendonça, 2012).

Rodrigues e Melo (2020) enfatizam a robustez da análise de discurso como método de pesquisa documental, destacando sua capacidade de desvendar camadas de significado e relações de poder ocultas nos textos. Essa perspectiva tem ampla aplicação em áreas como educação, política e mídia, demonstrando sua relevância para a investigação dos fenômenos sociais contemporâneos. Uma das contribuições centrais da ACD é a identificação das ideologias subjacentes que os discursos reproduzem, destacando como estes legitimam determinadas visões de mundo e interesses particulares por meio de mecanismos de intertextualidade e interdiscursividade. Tais mecanismos evidenciam como o discurso negacionista se articula com outros discursos – sejam científicos, sociais ou políticos –, incorporando, reinterpretando ou rejeitando informações, conforme interesses hegemônicos e resistências emergentes (Norman, 2012).

Fundamental para essa análise é a compreensão de que a linguagem não se reduz a um meio neutro de comunicação, mas constitui elemento ativo na construção da realidade social. Discursos configuram práticas sociais de significação que moldam percepções, influenciam comportamentos e sustentam estruturas de poder e dominação. A ACD, portanto, não apenas descreve usos linguísticos, mas investiga criticamente as relações de poder que se manifestam e são reproduzidas através do discurso, buscando expor as desigualdades sociais naturalizadas e legitimadas por essas práticas discursivas (Norman, 2012; Rodrigues; Melo, 2020).

A aplicabilidade da ACD abrange uma ampla gama de contextos, desde análises de textos midiáticos e discursos políticos até investigações sobre práticas institucionais e interações cotidianas. O processo analítico envolve inicialmente a seleção criteriosa de textos, considerando o contexto social, histórico e político de sua produção, o que é fundamental para apreender as práticas

discursivas e suas implicações. Posteriormente, procede-se à análise detalhada das características linguísticas e estratégias retóricas presentes nos textos, revelando os processos de construção de significados e as operações discursivas que influenciam percepções e comportamentos. Finalmente, a interpretação crítica relaciona os padrões discursivos identificados às estruturas de poder e ideologias subjacentes, permitindo desvelar as formas pelas quais o discurso legitima, desafia ou transforma relações de poder (Norman, 2012).

## Conclusão

A partir da análise integrativa dos textos, sugere-se que o negacionismo climático não é apenas um fenômeno de contestação factual, mas uma prática discursiva estratégica articulada no campo do poder, conforme a perspectiva foucaultiana. Michel Foucault contribui para compreender como os discursos são formas de exercício do poder que produzem verdades, moldam identidades sociais e definem os regimes de saber que legitimam ou deslegitimam determinados conhecimentos (Foucault, 1996). Nesse sentido, o discurso negacionista climático funciona como uma tecnologia de poder que, ao construir oposições maniqueístas entre “os que sabem a verdade” e “os enganados”, atua para proteger interesses econômicos hegemônicos e garantir a manutenção do modelo capitalista embasado no consumo e na exploração dos recursos naturais.

A ACD, ancorada em Foucault, oferece ferramentas indispensáveis para desvelar as relações de poder que atravessam esses discursos, revelando como eles são produzidos, reproduzidos e disseminados para influenciar percepções sociais, moldar políticas públicas e preservar estruturas de dominação (Mendonça, 2012; Norman, 2012). Além disso, o exame do negacionismo climático à luz do conceito de antropoceno (Marras; Taddei, 2022) e das epistemologias indígenas (Danowski; Viveiros de Castro, 2014) evidencia a complexidade da crise socioambiental contemporânea, que ultrapassa a simples negação dos dados científicos, englobando disputas epistemológicas, políticas e culturais que demandam abordagens transdisciplinares e relacionais.

A negação da responsabilidade humana pela crise climática, impulsionada por discursos que naturalizam o modelo capitalista e negam a interdependência entre humanos e natureza, deve ser compreendida como parte de uma estratégia discursiva que preserva relações assimétricas de poder e perpetua injustiças ambientais e sociais (Alves, 2023; Danowski; Viveiros de Castro, 2014). Assim, a articulação entre análise discursiva e crítica política se mostra fundamental para revelar as estruturas discursivas que sustentam o negacionismo e para apoiar a construção de narrativas que promovam a justiça ambiental, a pluralidade de saberes e a transformação dos modos de vida.

O discurso negacionista não apenas desinforma, mas também constitui um mecanismo de gestão da vida e da morte, alinhado às práticas de poder descritas por Foucault (1979) como biopolítica e aprofundadas por Mbembe (2018) no conceito de necropolítica. O negacionismo





climático, tal como foi mobilizado pelo bolsonarismo, contribui diretamente para a manutenção de um modelo econômico extrativista e colonial, em que determinadas populações – sobretudo indígenas, quilombolas, ribeirinhos, trabalhadores precarizados e moradores de periferias urbanas – são colocadas sistematicamente em condições de exposição ao risco, à violência ambiental e ao abandono institucional. Essas populações, na lógica necropolítica, são tratadas como corpos descartáveis, sacrificáveis no altar do lucro e da acumulação de capital. As consequências são concretas e mensuráveis: aumento da insegurança alimentar, destruição de cadeias produtivas locais, perda de biodiversidade, intensificação de desastres climáticos e aprofundamento das desigualdades socioeconômicas. Ao recusar a crise climática, esse discurso impede a transição justa e sustentável da economia, bloqueando políticas públicas voltadas à justiça socioambiental, à preservação dos territórios e à geração de empregos sustentáveis.

A incorporação da perspectiva foucaultiana sobre discurso e poder no estudo do negacionismo climático permite compreender que a disputa pela verdade científica e pelo reconhecimento da crise climática é, acima de tudo, uma disputa pelo poder e pela hegemonia cultural e política. Enfrentar o negacionismo requer, portanto, não apenas a reafirmação do conhecimento científico, mas uma crítica profunda às estruturas discursivas e de poder que o negacionismo mobiliza, assim como a valorização de múltiplas epistemologias e uma reconfiguração das práticas sociais e políticas em prol da sustentabilidade e da justiça planetária.

## Referências

- AGUIAR, V. *A Revolta da Vacina e o negacionismo dos positivistas: como a política e os jornais boicotaram Oswaldo Cruz*. Curitiba: Zelig Digital, 2021.
- ALONSO, A. *Treze: a política de rua de Lula e Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.
- ALVES, S. A. *Favelização revela a crise socioambiental de Manaus*. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos, 2023. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/categorias/630302-favelizacao-revela-a-crise-socioambiental-de-manaus-artigo-de-sandoval-alves-rocha>. Acesso em: 19 jun. 2025.
- CALDAS, C. O. L.; CALDAS, P. N. L. Estado, democracia e tecnologia: conflitos políticos e vulnerabilidade no contexto do *big data*, das *fake news* e das *shitstorms*. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 196-220, abr. 2019.
- CHARLOT, B.; CHARLOT, V. A. C. S. O negacionismo: uma crise social da relação com a “verdade” na sociedade contemporânea. *Revista Internacional Educon*, São Cristóvão, v. 2, n. 3, e21023004, 2021. Disponível em: <https://grupoeducn.com/revista/index.php/revista/article/view/1736>. Acesso em: 19 jun. 2025.
- COUTO, C. G. O Brasil de Bolsonaro: uma democracia sob estresse. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 28, e89859, 2023. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/download/89859/84347>. Acesso em: 19 jun. 2025.



- D'ARAUJO, M. C. O estável poder de veto Forças Armadas sobre o tema da anistia política no Brasil. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 573-597, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-87752012000200006>. Acesso em: 21 out. 2025.
- DANOWSKI, D.; VIVEIROS DE CASTRO, E. *Há mundo por vir?*: ensaio sobre os medos e os fins. São Paulo: Instituto Socioambiental: Cultura e Barbárie Editora, 2014.
- DUARTE, K. *A análise política do discurso e o negacionismo bolsonarista*: um estudo da [des]governança climática no governo Bolsonaro (2018-2022). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.
- FARIA, A. M. T. de. As contribuições de Hanna Pitkin para o debate sobre as relações entre estado, sociedade e desigualdades no Brasil. *SciELO Preprints*, [s. l.], p. 1-17, 2023. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/6962>. Acesso em: 19 jun. 2025.
- FARIA, A. M. T. de; SILVA, M. G. da .; JORGE, V. L. Eleições e extremismo no Brasil: análise dos programas de governo de Haddad e Bolsonaro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 37, n. 110, e3711008, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/3711008/2022>. Acesso em: 21 out. 2025.
- FARIA, A. M. T. de; TRUCÍOS, C.; ARAUJO, M. C. de. October 2022: Brazilian's presidential candidates on Twitter. *Brazilian Research and Studies Center*, Würzburg, v. 3, n. 1, 29 maio 2023. Disponível em: <https://www.bras-center.com/october-2022-brazilians-presidential-candidates-on-twitter/>. Acesso em: 21 out. 2025.
- FARIA, C. A. P.; JORGE, V. L.; SILVA, C. Extremismo político nas eleições de 2018 no Brasil: uma análise dos programas dos candidatos à presidência. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 37, n. 109, e3710903, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/XCZ7XsgrZNDxGPvNShDt7vG/>. Acesso em: 19 jun. 2025.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. (Coleção Campo teórico).
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1975.
- GOMES, L. A.; ZAMORA, M. H. Negacionismo: definições, confusões epistêmicas e implicações éticas. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 30, e24008, 2024. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-73132024000100206&lng=es&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132024000100206&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 18 ago. 2025.
- KROPF, S. P. Negacionismo científico. In: SZWAKO, J.; RATTON, J. L. (org.). *Dicionário dos negacionismos no Brasil*. Recife: Cepe Editora, 2022. p. 201-204.





- LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*. London: Verso, 1985.
- MAIA, T. A. Negacionismo histórico e emergência da extrema direita: a crise do regime moderno de historicidade no Brasil (2019-2022). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 39, n. 81, e23312, set./dez. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/6vDzdFVMV3dGHktNVZMBFNp/?lang=pt>. Acesso em: 19 jun. 2025.
- MARRAS, S.; TADDEI, R. (org.). *O antropoceno: sobre modos de compor mundos*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022. *E-book*. Disponível em: [https://eco.ces.uc.pt/wp-content/uploads/2023/09/O\\_Antropoceno\\_sobre\\_modos\\_de\\_compor\\_mund.pdf](https://eco.ces.uc.pt/wp-content/uploads/2023/09/O_Antropoceno_sobre_modos_de_compor_mund.pdf). Acesso em: 19 jun. 2025.
- MBEMBE, A. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- MENDONÇA, D. de. Como olhar “o político” a partir da teoria do discurso. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, DF, n. 1, p. 153-169, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1533>. Acesso em: 19 jun. 2025.
- MENEZES, V. L. M. A.; ARAÚJO JÚNIOR, J. S.; SANTOS, L. K. P. M. Câmaras de eco e filtros-bolha no contexto da gestão algorítmica da atenção: refletindo sobre os desafios contemporâneos do letramento digital à luz da BNCCEM. *Littera: Revista de Estudos Linguísticos e Literários*, São Luís, v. 20, n. 35, 2023. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/littera/article/view/22587>. Acesso em: 19 jun. 2025.
- MILANI, C. Covid-19, mudanças climáticas e relações internacionais: novas agendas de pesquisa. In: FONTAINHA, F.; MILANI, C. R. S. (ed.). *Coletânea covid-19 e agendas de pesquisa nas ciências sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2023. p. 285-303. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/vpjzm/pdf/fontainha-9788575116067-16.pdf>. Acesso em: 21 out. 2025.
- NORMAN, T. *Critical discourse analysis: the critical study of language*. 2. ed. London: Longman, 2012.
- PEREIRA, C. A. A mídia na Ciência da Informação. *Transinformação*, Campinas, v. 30, n. 2, p. 141-152, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2318-08892018000200001>. Acesso: 21 out. 2025.
- PILATTI, A. et al. As demandas das universidades federais brasileiras para o quadriênio 2023/2026. *Avaliação*, Campinas, v. 27, n. 3, p. 553-570, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/7nMRG8Fxbwb8sMGDCfF64qx/?lang=pt>. Acesso em: 19 jun. 2025.
- RODRIGUES, D. S.; MELO, M. C. Estudo sobre análise de discurso como procedimento metodológico na pesquisa documental. *Educação*, Santa Maria, RS, v. 45, p. 1-21, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1171/117162553039/>. Acesso em: 19 jun. 2025.

- SEGATTO, I. Pós-verdade, negacionismo e *fake news*: ensaio introdutório. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 28, n. esp. 1, p. e023003, 2023. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/18303>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- SELIGMANN-SILVA, M. Apagamento, negacionismo, necropolítica: sobre a continuidade da empresa colonial. *Revista Histórias Públicas*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 18-44, 2023. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/historiaspublicas/article/view/6941>. Acesso em: 19 jun. 2025.
- TORRE, A.; JERÓNIMO, P. Esfera pública e desinformação em contexto local. *Texto Livre*, Belo Horizonte, v. 16, e41881, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-3652.2023.41881>. Acesso em: 19 jun. 2025.
- VALIM, P.; AVELAR, A. de S.; BEVERNAGE, B. Negacionismo: história, historiografia e perspectivas de pesquisa. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 41, n. 87, p. 13-36, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472021v42n87-03>. Acesso em: 21 out. 2025.
- VARGAS, A. L. B. *et al.* O discurso político de Bolsonaro: cidadãos de bem, segurança e moral. *Le Monde Diplomatique Brasil*. 10 set. 2018. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/o-discurso-politico-de-bolsonaro-cidadaos-de-bem-seguranca-e-moral/>. Acesso em: 21 jul. 2024.